Sul América Odontológico S.A. CNPJ 11.973.134/0001-05

SulAmérica

América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de essas demonstrações infraerias, não podem se consideradas em comminidade com o conjunto a normas emitidas pelo CPC. 1. Conjuntura econômica: A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição major dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de

vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE,

fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central,

permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente

baixos. A perspectiva do avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políti de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios 2. Principais informações financeiras

Relatório da Administração

Resultado (R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	92,7	106,1	-12,6%
Eventos indenizáveis líquidos	-48,5	-44,7	-8,5%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	44,3	61,4	-27,9%
Resultado bruto	40,1	65,2	-38,5%
Resultado financeiro líquido	5,2	6,4	-18,2%
Resultado antes dos impostos e participações	21,5	48,9	-56,0%
Resultado líquido	13,7	32,7	-58,2%

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2018, a receita das contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde foi de R\$92,7 milhões, 12,6% abaixo do apresentado em 2017. Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R\$48,5 milhões em 2018, 8,5% acima do reportado no ano anterior. O resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$44,3 milhões, queda de 27,9% no ano. A linha do resultado financeiro líquido em 2018 foi 18,2% menor em comparação com 2017, totalizando R\$5,2 milhões. O resultado líquido da Companhia foi de R\$13,7 milhões em 2018, 58,2% abaixo em relação a 2017.

1. Distribuição do resultado:		
Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
Lucro antes dos impostos e participações	21,5	48,9
(-) Impostos e contribuições	-6,8	-15,6
(-) Participações	-1,1	-0,6
Lucro líquido do exercício	13,7	32,7
Constituição da reserva legal	-0,7	-1,6
Lucro líquido ajustado	13,0	31,1
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado (a)	3,3	7,8
(-) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos		
obrigatórios (b)	_	7,8
(-) Dividendos antecipados a não serem imputados nos		
dividendos obrigatórios	-	12,2
Total dos dividendos a pagar (c) = (a) - (b)	3,3	_
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	9,7	11,1
5 Investimentos: A Sul América Odontológico S A não nossui investimen	itos diretos ou	indiretos em

sociedades coligadas e controladas, 6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento 7. Acordo de acionistas: A Sul América Odontológico S.A. não é parte em acordos de acionistas. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2018	2017
ontraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	_	92.744	106.081
Receitas com operações de assistência à saúde	-	97.339	111.579
Contraprestações líquidas	15.1	97.339	111.579
 (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora 	_	(4.595)	(5.498)
ventos indenizáveis líquidos	_	(48.492)	(44.709)
Eventos conhecidos ou avisados	15.2	(48.439)	(49.696)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(53)	4.987
esultado das operações com planos de assistência à saúde	-	44.252	61.372
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	_	2	3
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	_	27	7
Outras receitas operacionais	_	27	7
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	15.3	(4.035)	3.976
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	_	(187)	(346)
Provisão para perdas sobre créditos	-	(3.848)	4.322
0		, ,	

variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(53)	4.987
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	- 1	44.252	61.372
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	2	3
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	_	27	7
Outras receitas operacionais	_	27	7
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	15.3	(4.035)	3.976
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	_	(187)	(346)
Provisão para perdas sobre créditos	-	(3.848)	4.322
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	15.3	(158)	(170)
Resultado bruto	-	40.088	65.188
Despesas de comercialização	15.4	(8.389)	(10.158)
Despesas administrativas	15.5	(15.394)	(12.493)
Resultado financeiro líquido	15.6	5.221	6.380
Receitas financeiras	-	5.680	6.470
Despesas financeiras	-	(459)	(90)
Resultado antes dos impostos e participações	-	21.526	48.917
Imposto de renda	15.7	(5.723)	(9.252)
Contribuição social	15.7	(2.206)	(3.704)
Impostos diferidos	15.7	1.176	(2.627)
Participações sobre o lucro		(1.091)	(623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

13.682

40.894.359 40.894.359

32.711

799,89

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em mi

	Notas	2018	2017
Resultado líquido do exercício		13.682	32.711
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	16	(22)	_
Efeitos fiscais	16	7	_
Componentes do resultado abrangente		(15)	_
Resultado abrangente do exercício		13.667	32.711
As notas explicativas são parte integrante das	demonetraçã	os financoiras	

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	96.624	110.145
Resgate de aplicações financeiras	100.536	94.341
Recebimento de juros de aplicações financeiras	6.863	5.343
Outros recebimentos operacionais	80	744
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(45.553)	(46.548)
Pagamento de comissões	(5.314)	(7.212)
Pagamento de pessoal	(10.885)	(10.038)
Pagamentos de serviços terceiros	(1.781)	(1.882)
Pagamentos de tributos	(12.933)	(19.767)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	· –	(6)
Pagamento de aluguel	(1.051)	(168)
Pagamento de promoção/publicidade	(1.878)	(956)
Aplicações financeiras	(122.773)	(96.413)
Outros pagamentos operacionais	(1.919)	(2.422)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16	25.161
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	-	(31)
Pagamento relativo ao ativo intangível		(577)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	_	(608)
Atividades de financiamento		, ,
Pagamento de participação nos resultados	-	(24.320)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	_	(24.320)
Variação de caixa e equivalente de caixa	16	233
Caixa - Saldo inicial	406	173
Caixa - Saldo final	422	406
Ativos livres no início do período	47.179	40.187
Ativos livres no final do período	66.912	47.179
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	19.733	6.992
		0.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários nesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluin-do os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integra-das e contínuas descritas da seguinte forma: • Identificação dos riscos: Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quan-**t**ificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos: • Resposta aos riscos: De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elabo-rados planos de ação de resposta aos riscos; e • Monitoramento e reporte: As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da levanto em consideração suas preferencias, toterancias e immes. E paper do Comite de Riscos de Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os niveis de exposição da Companhia rea 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos de SulAmérica com a função de realizar avaliaçãos centrares a través do testes de oficária nama co certificar da presence a de ao Comité de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. Em 2018, foi criada a área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão do riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroa-timenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscoss e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dor riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM comprende todos os tipos de riscos corporativos aos quais à Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categori

	Repre	sentatividade
UF	2018	2017
SP	40,63%	42,23%
RJ	16,48%	17,36%
PE	6,67%	6,88%
AM	7,58%	7,78%
SC	13,58%	11,05%
MG	3,39%	4,07%
Outros	11,67%	10,63%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas precificações ou na constituição das provisões técnicas. Nos negócios de Odonto a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. 4.2.1. Risc a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação, para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada clienté frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre stimentos em produtos e parcerias, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristás as áreas atuariál, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

			(em	milhares	de	reais)	
--	--	--	-----	----------	----	--------	--

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017	
Ativo				Passivo				
Circulante		84.001	66.057	Circulante		24.665	17.756	Contraprestações efet
Circulante		84.001	66.257	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	11.489	9.494	Receitas com operaç
Disponível	-	422	406	Provisões de contraprestações	_	3.476	1.226	Contraprestações I
Realizável	-	83.579	65.851	Provisão de contraprestação não ganha	-	3.476	1.226	(-) Tributos direto à saúde da or
Aplicações financeiras	5	74.503	55.041	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de servicos assistenciais	_	2.112	2.419	Eventos indenizáveis
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	_	14.050	15.053	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	_	5.901	5.849	Eventos conhecido
Aplicações livres	_	60.453	39.988	Débitos de operações de assistência à saúde	_	567	1.516	Variação da prov
· ·		00.400	03.300	Comercialização sobre operações	_	436	164	Resultado das operaç
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	3.353	3.315	Outros débitos de operações com planos de assistência				Outras receitas oper
Contraprestação pecuniária a receber		3.353	3.315	à saúde	-	19	1.352	Receitas de assistêr planos de saúde da
, , ,	_			Débitos com operações assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	_	346	110	Outras receitas o
Despesas diferidas	-	1.193	2.996	Provisões	_	246	735	Outras despesas
Créditos tributários e previdenciários	7.1	3.994	4.389	Provisão para IR e CSLL	_	240	729	à saúde
Bens e títulos a receber	_	536	110	Provisões para acões judiciais	13.2	6	6	Outras despesas d
Não circulante	_	33.863	33.702	Tributos e encargos sociais a recolher	10	3.115	1,966	Provisão para perd
	_			Débitos diversos	11	8.902	3.935	Outras despesas o relacionadas com
Realizável a longo prazo	-	2.988	2.689	Não circulante	_	788	209	Resultado bruto
Créditos tributários e previdenciários	7.2	373	384	Provisões	-	778	199	Despesas de co
Despesas de comercialização diferidas	_	396	1.270	Provisões para ações judiciais	13.2	778	199	Despesas admir
Ativo fiscal diferido	7.2	2.209	1.026	Tributos e encargos sociais a recolher	10	10	10	Resultado financeiro I
				Tributos e encargos sociais a recolher	-	10	10	Receitas finance
Depósitos judiciais e fiscais	13	10	9	Tributos e contribuições	13.2	10	10	Despesas financ
Imobilizado	-	60	74	Patrimônio líquido	-	92.411	81.994	Resultado antes dos i
Imobilizado de uso próprio	_	60	74	Capital social	14	44.345	40.251	Imposto de renda
Não hospitalares / Odontológicos	_	60	74	Reservas	-	48.081	41.743	Contribuição soc
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	•			Reservas de lucros	-	48.081	41.743	Impostos diferido
Intangível	8	30.815	30.939	Ajustes de avaliação patrimonial		(15)		Participações so
Total do ativo		117.864	99.959	Total do passivo		117.864	99.959	Resultado líquido
	As notas ex	xnlicativas são	narte inter	rante das demonstrações financeiras.				Quantidade de ações

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Descricão	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos/ Déficits Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2017	40.251	2.458	26.574	29.032	patrinomai	Acumulauos	69.283
=	40.231	2.430			<u> </u>		
Dividendos intermediários na proporção de R\$0,49 (em reais) por ação	_	_	(20.000)	(20.000)	-	-	(20.000)
Resultado líquido do exercício	-	_	-	_	-	32.711	32.711
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	_	1.636	_	1.636	=	(1.636)	_
Dividendos intermediários na proporção de R\$0,49 (em reais) por ação	-	_	20.000	20.000	-	(20.000)	_
Reserva estatutária	_	_	11.075	11.075	=	(11.075)	_
Saldos em 31/12/2017	40.251	4.094	37.649	41.743	-	-	81.994
Aumento de capital com reserva legal, conforme ata do dia 29/03/2018	4.094	(4.094)		(4.094)	-	-	_
Ajustes de avaliação patrimonial	_	_	_	-	(15)	_	(15)
Resultado líquido do exercício	_	_	-	-	-	13.682	13.682
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	-	684	_	684	_	(684)	_
Reserva estatutária	_	-	9.748	9.748	-	(9.748)	_
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,08 (em reais) por ação	_	-	_	-	-	(3.250)	(3.250)
Saldos em 31/12/2018	44.345	684	47.397	48.081	(15)	-	92.411

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na Rua dos Pinheiros, nº 1,673, 7º andar, Ala Sul e 11º andar, Pinheiros, nº no estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 02/08/2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE), com 100% de ações ordinárias e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA). A SASA é uma Companhia de capital aberto controlada pela Sulasapar Participações S.A., com 50,87% de ações ordinárias 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 27/02/2019 no jornal Valio. Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e U,UI % de ações preferenciais é 25,65% de participação total, e publicou em 27/02/2019 no jornal valor Econômico e Diário Oficial de Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladora final "SASA" companhia faz parte. Em 08/10/2018, a Companhia, através de sua controladora final "SASA" comunicou ao mercado que assinou nesta data, contrato para aquisição de 100% da Prodent Assistência Odontológica Ltda.("Prodent"), empresa com sede no estado São Paulo, pelo preço base de R\$145,7 milhões. A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de determinadas condicões precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a mento de determinadas condições precedentes, conforme previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes. A aquisição da Prodent está em linha com foco estratégico da Sul América na ampliação de sua carteira no segmento de planos odontológicos. 2 Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referen dados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação esta belecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não po dem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balancos pa preparadas com base ino custo historico com exceção do seguinte item reconhectad hos balanços par-trimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resulta-do (nota 5). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As de-monstrações financeiras estão apresentadas em Reais (RS), que é a moeda funcional e de apresenta-ção da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir foram ção da Compania. 3. Principais práticas contabeis: As práticas contabeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se tratam de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de angariação são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 36 meses de permanencia dos securedos exponenteiros acestos de constituir con exposações quando se tratam de contratos com preços pre-estaderecioos; • Os agenciamentos e seguros e ocustos diretamente relacionados ao processo de angariação são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 36 meses de permanência dos seguros de concilidad, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia.

3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificados a datualização com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. Niensurados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos e valores mobilários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoría, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis os enencimentos pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre e cerá velicida i máis de invelha dias. Alvos had manteneros. Os saldos dos alvos had inaliterios são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realiza-ção dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 1 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores re-conhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: 3.6.1. Provisão de Prêmios : A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorre e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.6 eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada das despesas diretamente relacionadas (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), calculada com base nos avisos de eventos. 3.6.3. Pr s (PEONA): A PEONA, também conhecida no mercado internaciona como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda

não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já

ocorridos e aínda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvo

vimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. 3.7. Provisões para ações judiciais: A Companhia

do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realiz da pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Juridico interno e pela Administração da Companhia. 3.71. Cíveis e trabalhistas: No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despen-didos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas histó-ricas de exposição ao risco Q cáclulo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos a resricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a res-pectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentu al de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andam cessuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a ncidência de juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para acões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR a juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais civeis e trabalhistas, e pelo Sistema Especial de Liqui dação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciánios, conforme legislação vigente. 3.72. Fis As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas men-salmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à illegalidade ou sivo circulante e nao circulante. Us valores referentes aos questionamentos relativos a llegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforpassivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscaise," no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.8. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que correr primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração e refletido em subcontas on patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras acuais. 3.9. Uso de estimatívas: A preparação das demonstrações financeiras acuais. 3.9. Uso de estimatívas: A preparação das demonstrações financeiras contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a eventos, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de éxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos nas provisões para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos prinanceiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões es correm. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado saude (nota 9); e • Provisoes para açoes judiciais (nota 13). 3.10. Normas internacionais (IFRS) e Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 − Instrumentos financeiros − Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS). Ciclo de 2014 − 2016 − Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 − Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018. • O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) − Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela de 01/01/2018. • ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento − Em vigor a partir de 01/01/2018. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS; • € Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) - Em vigor a partir de 01/01/2018. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas alnda não efetivas em 31 de Dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia. Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assum com não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas mormas ama remanda na companda de deferia adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguinte

adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 16 / CPC 6 (R2) - Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019, e • IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2019, e • IFRS 17 - Contratos de seguros - Em vigor a partir de 01/01/2021. A ANS ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados e está aquardando expérientemento fuema da óxaña faceuledor. As consultate porma alternator formatica para de face a consultator do consciencemento fuema da óxaña faceuledor. As consultatos porma alternator formatica para de face a faceuledor. As consultatos porma alternator formatica para da óxaña faceuledor. As consultatos porma alternator formatica para de faceuledor. As consultatos porma alternativa faceuledor. As consultatos porma alternativa faceuledor. o posicionamento formal do órgão regulador. As seguintes normas alteradas e interpretações não de-verão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Alterações ao CPC 36 - Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; «IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda - Em vigor a partir de 01/01/2019; « o cíclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 - 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização - Em vigor a partir de 01/01/2019. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábeis - CPC ainda não emitiu onunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as no vas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstracões financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisiona): • Resolução Normativa n 435: Esta norma foi emitida pela ANS em 23/11/2018, com início de vigência em 01/01/2019, e delibe sobre plano de contas e divulgação em geral. A Companhia analisou a norma e constatou que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras. 4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management - ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais

Descrição

Instrumentos financeiros

Descrição Instrumentos financeiros

disso, são obtidos me Descrição Patrimônio líquido

Suficiência

Não circulante

Social - INSS

Circulante

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ

Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL

Instituto Nacional do Seguro

Descrição

Deduções
Despesas de comercialização diferida

Patrimônio mínimo ajustado

Aplicações financeiras

Valor justo por meio do resultado por portraprestações pecuniárias a receber (a)

Aplicações financeiras
Valor justo por meio do resultado
Contraprésações pecuniárias a receber (a)

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviços; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda instificiência nas provisões técnicas. As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio líquido.

	nesultado affles	nesultado apos
Premissas	dos impostos	impostos
Aumento de 5% na sinsitralidade	(2.253)	(1.239)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(547)	(301)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(389)	(214)
Redução de 5% na sinistralidade	2.253	1.239
Redução de 5% nas despesas administrativas	547	301
Redução de 5% nos custos de aquisição	389	214
		2017
	Resultado antes	Resultado após
Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado apos impostos
Premissas Aumento de 5% na sinistralidade		
	dos impostos	impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	dos impostos (2.235)	impostos (1.229)
Aumento de 5% na sinistralidade Aumento de 5% nas despesas administrativas	dos impostos (2.235) (672)	impostos (1.229) (370)
Aumento de 5% na sinistralidade Aumento de 5% nas despesas administrativas Aumento de 5% nos custos de aquisição Redução de 5% na sinistralidade Redução de 5% nas despesas administrativas	(2.235) (672) (507)	impostos (1.229) (370) (279)
Aumento de 5% na sinistralidade Aumento de 5% nas despesas administrativas Aumento de 5% nos custos de aquisição Redução de 5% na sinistralidade	dos impostos (2.235) (672) (507) 2.235	impostos (1.229) (370) (279) 1.229

multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razosavel e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. 4.2.2. Riscos de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituídas constituídas em processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias

vencimento

55.041

vencimento Até 01 ano até 2 anos

Até 01 ano

específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos no processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. 4.3. atraves de moderos estatisticos para avaliar oscilações periodicas discrepantes has provisoes. 4.3c Riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de entabilidade apropriado a assegura a capacidade da Companhia de cumpris suse obrigações. Como determinações desta e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constan alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • eles: • Metas de rentaminader, • Limies de risco, • Prazos maximos para anocação dos alvois, e culcipidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentementa, Comité de Investimentos faz o acompanhamento da alcozaña e desempenho dos ativos com base o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são adotada esta dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaH e stress test sao revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os cálculos do VaR não apresentaram resultados significativos devido a baixa volatilidade dos ativos (referenciados ao CDI). Seus investimentos, no valor de R\$74.503 em 31/12/2018 (R\$\$5.041 em 2017) estão indexados 100% em SELIC/CDI. 4.3.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente os compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimento do Companhia para de el Investimento para la companhia para de el Investimento para la companhia para de el Investimento para da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2018 e 2017. 2018 Mais de 5

Os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias.

8. Intangível: O ágio registrado no intangível, que em 31/12/2018 e 2017 era de R\$30.300, refere-se à compra da Dental Plan Ltda pela CIA. SAUDE em 13/12/2010, por R\$31.057 (com R\$30.300 de ágio), aprovada pela ANS em 18/04/2011. Em seguida, a CIA. SAUDE aumentou capital na Companhia com a transferência do investimento na Dental Plan Ltda e o aumento de capital foi aprovado pela ANS em 11/09/2012. Por final, a Companhia incorporou a Dental Plan Ltda e capital foi aprovado pela ANS em 11/09/2012. Por final, a Companhia incorporou a Dental Plan Ltda e capital foi aprovado pela ANS em comodelo de aquisição da Dental Plan Ltda decorre de expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor recuperável do ágio foi calculado pelo valor em uso, obtido por meio de modelo de fluxo de caixa projetado do negócio pelo prazo de 9 anos, que é o prazo levado em consideração na análise de compra para se ter o retorno esperado, tomando como base as demonstrações financeiras de 2018 e 2017 respectivamente, e descontado a uma taxa interna de retorno da Companhia. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico e expectativas econômicas futuras, sendo as principais premissas, a taxa interna de retorno calculada pela Companhia e a taxa de crescimento na perpetuidade de 5%. Nessa avaliação, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do investimento mais ágio. O valor total do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura é dedutivel para fins fiscais de acordo com a legislação vigente. Além do ágio, em 2018 a Companhia registrou R\$515 (R\$639 em 2017) de software, nesta rubrica.

9. Movimentação das provisões técn		assistência à saúde:	
	Provisão para	Provisão de eventos a	
	prêmios ou	liquidar e de eventos	
	contribuições não	ocorridos e não	
	ganhos	avisados - PEONA	Total
Saldo em 01/01/2017	1.505	13.132	
Emissões	128.136	_	
Prêmios ganhos	(111.579)	-	
Avisados / alterações	-	49.811	
Pagamentos/ cancelamentos/			
baixas	(16.836)	(49.688)	
Variação do IBNR		(4.987)	
Saldo em 31/12/2017	1.226	8.268	9.494
Circulante			9.494
	prêmios ou	Provisão de eventos a liquidar e de eventos	

i icinico garinos	(111.070)		
Avisados / alterações	_	49.811	
Pagamentos/ cancelamentos/			
baixas	(16.836)	(49.688)	
Variação do IBNR	(11111)	(4.987)	
Saldo em 31/12/2017	1,226	8.268	9,494
	1.220	0.200	9.494
Circulante			9.494
		Provisão de eventos a	
	prêmios ou	liquidar e de eventos	
	contribuições não	ocorridos e não	T-4-1
0-1-1 04/40/0047	ganhos	avisados - PEONA	Total
Saldo em 31/12/2017 Emissões	1.226	8.268	
Prêmios ganhos	110.314	_	
Avisados / alterações	(97.339)	48.536	
Pagamentos/ cancelamentos/	_	46.336	
baixas	(10.725)	(48.842)	
Variação do IBNR	(10.723)	51	
Saldo em 31/12/2018	3.476	8.013	11.489
Circulante	55	5.5.5	11.489
9.1. Garantia das provisões técnicas:			
Descrição		20	18 2017
Provisões técnicas de operações de as	sistência à saúde	11.48	
(-) PPCNG	olotoriola a cadac	3.4	
Total das provisões técnicas		8.0	
Montante a ser garantido		8.0	
Ativos dados em garantia:		0.0	0.200
Cotas de fundos de investimentos não	exclusivos	14.09	50 15.053
Total de ativos		14.09	
Ativos vinculados em excesso		6.00	
10. Tributos e contribuições a recolher	:		
Descrição		2018	2017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IF	RRF	188	201
Instituto Nacional do Seguro Social - IN		420	377
Contribuições PIS e COFINS		291	354
ISS		976	558
Outros		1.250	486
Total		3.125	1.976
Circulante		3.115	1.966
Não Circulante		10	10
11. Débitos diversos:			
Descrição		201	
Dividendos e juros sobre capital própri		3.24	
Depósitos de beneficiários e de terceir	os	1.70	
Outras obrigações com pessoal (a)		2.17	
Fornecedores		1.74	
Outros débitos a pagar		2	
Total		8.90	
Circulante		8.90	2 3.935

Descrição				2018	2017
Dividendos e juros sobre capita	l próprio a pagar			3.249	_
Depósitos de beneficiários e de	terceiros			1.706	557
Outras obrigações com pessoa	I (a)			2.179	1.707
Fornecedores	. ,			1.742	1.439
Outros débitos a pagar				26	232
Total				8.902	3.935
				8.902	3.935
Circulante (a) Esta linha é composta, basica	mente, por provisão	o para férias e parti	cipações so	ore o resulta	do.
	mente, por provisão	o para férias e parti Ativo	cipações so	ore o resulta	do. Passivo
	mente, por provisão		cipações sol	ore o resulta	
(a) Esta linha é composta, basica - icipações S.A.		Ativo	2018	ore o resulta	Passivo 2017
(a) Esta linha é composta, basica - icipações S.A. pmpanhia Nacional de Seguros		Ativo		ore o resulta	Passivo
(a) Esta linha é composta, basica - icipações S.A. impanhia Nacional de Seguros se Participações S.A.	2018 - - -	Ativo 2017 - -	2018	ore o resulta	Passivo 2017
(a) Esta linha é composta, basica icipações S.A. propanhia Nacional de Seguros se e Participações S.A. propanhia de Seguro Saúde		Ativo	2018	ore o resulta	Passivo 2017 1 170
(a) Esta linha é composta, basica - icipações S.A. impanhia Nacional de Seguros se Participações S.A.	2018 - - -	Ativo 2017 - -	2018	ore o resulta	Passivo 2017 1 170
(a) Esta linha é composta, basica icipações S.A. propanhia Nacional de Seguros se e Participações S.A. propanhia de Seguro Saúde	2018 - - -	Ativo 2017 - -	2018	ore o resulta	Passivo 2017 1 170

	004		_		9,494
					9.494
	Saldo em		Atualização	Baixa /	Saldo em
Descrição	31/12/2017	Adição	monetária	compensação	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa		•			
Jurídica - IRPJ	337	737	_	(714)	360
Contribuição Social Sobre o				,	
Lucro - CSLL	1	_	_	_	1
Instituto Nacional do Seguro	•				
Social - INSS	4.051	275	_	(694)	3.632
Outros	-	1	_	(66.)	1
Total	4.389	1.013	_	(1.408)	3.994
Circulante	4.000	1.010		(1.400)	3.994
7.2. Movimentação de créditos t	ributários:				0.004
n.z. movimentação de creditos	ilibutailos.	Saldo em			Saldo em
Descrição		01/01/2017	Constituiçã	o Realização	31/12/2017
Provisões para ações judiciais	е				
obrigações fiscais		81	7		26
Redução ao valor recuperável o	de créditos	3.378		- (2.481)	897
Provisões indedutíveis		137		- (137)	-
Participações nos lucros Total dos créditos tributários	oobro	57	7	1 (25)	103
diferenças temporárias	Sobie	3.653	14	2 (2.769)	1.026
PIS e COFINS sobre provisões	técnicas	611	13		384
Total dos créditos tributários	100111040	4.264			1.410
		Saldo em		(4)	Saldo em
Descrição		31/12/2017		o Realização	31/12/2018
Provisões para ações judiciais	9			•	
obrigações fiscais		26	5	7 –	83
Redução ao valor recuperável o	de créditos	897	79	2 –	1.689
Provisões indedutíveis		_	3		37
Participações nos lucros		103			392
Outros		_		8 –	8
Total dos créditos tributários	sobre				
diferenças temporárias	.,	1.026	1.26		2.209
PIS e COFINS sobre provisões	tecnicas	384		(11)	373
Total dos créditos tributários		1.410	1.26	4 (92)	2.582
12. Partes relacionadas:					

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir

		_		Alivo		rassivo
Descrição	Categoria	Controladora	2018	2017	2018	2017
Sul América S.A. (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	_	_	_	1
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	_	_	3.262	170
Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (e)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	_	_	1	6
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	149	39	_	1
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	_	_	_	_
Pessoal-chave da administração e familiares (f)	Outros	Outros	1	1	_	_
Total			150	40	3.263	178
				Receita		Despesa
Descrição	Categoria	Controladora	2018	2017	2018	2017
Sul América S.A. (c)	Categoria Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	2018	2017	2018	_
Sul América S.A. (c) Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e)		Sulasapar Participações S.A. Sul América Companhia Nacional de Seguros	2018 - -	2017 - -	2018 - (838)	2017 - (936)
Sul América S.A. (c) Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e) Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (e)	Controladora indireta Controladora direta Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A. Sul América Companhia Nacional de Seguros Saepar Serviços e Participações S.A.		2017 - - -	(838)	(936) (45)
Sul América S.A. (c) Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e) Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (e) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (c)	Controladora indireta Controladora direta Controladora indireta Ligada	Sulasapar Participações S.A. Sul América Companhia Nacional de Seguros Saepar Serviços e Participações S.A. Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2017 - - - - -	(838)	(936) (45) (29)
Sul América S.A. (c) Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e) Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (e) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (c) Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Controladora indireta Controladora direta Controladora indireta Ligada Ligada	Sulasapar Participações S.A. Sul América Companhia Nacional de Seguros Saepar Serviços e Participações S.A. Sul América Companhia de Seguro Saúde Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2017 - - - - - -	(838)	(936) (45)
Sul América S.A. (c) Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (d) (e) Sul América Companhia Nacional de Seguros (c) (e) Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (c)	Controladora indireta Controladora direta Controladora indireta Ligada	Sulasapar Participações S.A. Sul América Companhia Nacional de Seguros Saepar Serviços e Participações S.A. Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2017 - - - - - 1	(838)	(936) (45) (29)

Valor contábil

74.503

2.507 2017

Valor

contábil

55.041

Outras

Outras

(perda)

Ganho ou

(perda)

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 313/2012. 5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações: Em 31/12/2018 e 2017 os saldos avaliados pela curva e a valor de mercado das aplicações financeiras estão representados pelas cotas de fundos de investimentos não exclusivos e montam R\$74.503 e R\$55.041, respectivamente. (a) Refere-se ao seguro saúde e odontológico a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela SulAmérica; (b) Valor referente ao plano de previdência complementar e seguro de vida grupal oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores; (c) Transações em conta corrente entre cias, referente, basicamente, as operações com

(4.266) (30.939)

60.007

anos e até 10 anos

Mais de 5

10 anos

anos e até Mais de 10

5 anos

Mais de 2

5 anos

anos e até

De 1 ano

até 2 anos

Mais de 10

custo

74.503 2.507

Valor de

custo

Valor de

mercado

	do resultado
Saldo em 01/01/2017	53.146
Aplicações	96.413
Rendimentos resgate	(5.343)
Principal resgate	(94.341)
Resultado financeiro	5.166
Saldo em 31/12/2017	55.041
	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 31/12/2017	55.041
Aplicações	122.773
Rendimentos resgate	(6.863)
Principal resgate	(100.536)
Resultado financeiro	4.088
Saldo em 31/12/2018	74.503
ou nos fundos de investimento não exclusivos são	lores de mercado: Os ativos mantidos em carteira avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços dos pela Associação Brasileira das Entidades dos pela Associação Brasileira das Entidades dos

Aplicações financeiras
Valor justo por meio do resultado
Contraprestações pecuniárias a receber (a)
Considera a contraprestação pecuniária a vencer, liquido de redução ao valor recuperável, quando aplicavel. 4.4 Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realizar redução ao valor recuperável dos prémios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6). 4.5. Riscos operacional é definido como a possibilidade de coorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade da soperações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defeas contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacional es en resposações de EFIM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos o peracionales en controles a elea seasociados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionals. Por sicos de controles a les associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionals e relevantes têm sua effeciás testada podendo que mensuar a exposição dos riscos o peracionals e relevantes tem sua effeciás testada

ou nos tintidos de investimento had exculsivos sa a valanda sa valor de infecato, utilizando-se pireços negociados em mercados ativos e indices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (I) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (II) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (III) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Nível 2: Cotas de fundos de investimentos: Calculados de acordo com os crítérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

		2018	2017
Descrição		Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado		74.503	55.041
Total		74.503	55.041
6. Créditos de operações com planos de assiste	ència à saúde: 6.1. C	Contraprestação pec	
or orounds as operayous some prants as assiste		Redução ao	
	Contraprestação	valor recuperável	Total
Saldo em 01/01/2017	20.153	(17.656)	2.497
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/			
constituição	111.303	(3.938)	107.365
Recebimentos/ reversão	(114.155)	7.608	(106.547)
Saldo em 31/12/2017	17.301	(13.986)	3.315
Circulante			3.315
		Redução ao valor	
0.11	Contraprestação	recuperável	Total
Saldo em 31/12/2017	17.301	(13.986)	3.315
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/	00.740	(F. 070)	04.400
constituição Recebimento/ reversão	99.742 (95.781)	(5.273) 1.350	94.469 (94.431)
Saldo em 31/12/2018	21.262	(17.909)	3.353
Circulante	21.202	(17.909)	3.353
	nto: An contrapract	noãoo noguniários o	
6.2. Contraprestação pecuniária por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:	nto: As contrapresta	ações pecuniarias a	receber, por
Descrição		2018	2017
A vencer			
A vencer entre 1 e 30 dias		1.064	810
A vencer entre 31 e 60 dias		307	45
A vencer entre 61 e 180 dias		943	30
A vencer entre 181 e 365 dias		737	32
Total		3.051	917
Redução ao valor recuperável		(544)	(283)
Total a vencer		2.507	634
Vencidos			
Vencidos entre 1 e 30 dias		1.647	1.823
Vencidos entre 31 e 60 dias		1.346	1.273
Vencidos entre 61 e 180 dias		1.577	1.016
Vencidos entre 181 e 365 dias Vencidos acima de 365 dias		881 12.760	1.672 10.600
Total		18.211	16.384
Redução ao valor recuperável		(17.365)	(13.703)
Total vencidos		846	2.681
Total de prêmios a receber		21,262	17.301
Total de redução ao valor recuperável (a)		(17.909)	(13.986)
Total		3.353	3.315
(a) A redução ao valor recuperável é constituída c	om base nas contrar	prestações pecuniária	
a vencer, sendo que nos planos individuais, os co			
de sessenta dias, são provisionados em sua totalio			
é provisionada quando os contratos possuem pelo			
7. Créditos tributários e previdenciários: Os créd	litos tributários e prev		
Descrição		2018	2017
Créditos tributários e previdenciários		0.004	4.000
Impostos a compensar/recuperar		3.994	4.389
PIS e COFINS sobre IBNR		373	384
Total Circulante		4.367	4.773
Não circulante		3.994 373	4.389 384
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos pass	ivos diforidos	313	304
IR/CSLL sobre diferences temporárias	ivos unenuos	2.209	1.026

Atualização

monetária compensação 31/12/2017

(1.293)

(22)

337

4.051

4.389

01/01/2017 Adição

1.046

584

17

3.494

seguro e reembolso de despesas administrativas; (d) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (e) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Matriz e sede Pinheiros entre companhias da SulAmérica; e (f) Valores referentes a operações de seguros e previdência entre as companhias e pessoal-chave da administração e familiares. Os recursos detidos em aplicação nos fundos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Tífulos e Valores Mobiliários S.A., controlada da CIA. SAÚDE, pelo pessoal-chave da administração da SulAmérica monta SAÚDE dividendos no montante de R\$24.320. 13. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e SAUDE dividendos no montante de 18-24-32/J. 13. Depositos judicials e riscais, provisoes judicials e obrigações fiscais: Em 3/112/2018 e 2017, os depósitos judicials e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judicials e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judicials trabalhistas e cíveis registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 13.1. Depósitos judiciais: 2017 Descrição Ações trabalhistas Total

Descrição	Saldos em 01/01/2017	Adições		Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2017
Cíveis e trabalhistas:		1			
Cíveis	9	_	1	_	10
Trabalhistas	11	34	10	_	55
Honorários	1	_	_	-	1
Multas	542	_	_	(403)	139
Subtotal	563	34	11	(403)	205
Tributárias:					
Honorários	216	149	17	(372)	10
Subtotal	216	149	17	(372)	10
Total	779	183	28	(775)	215
Circulante					6
Não circulante					209
Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldos em 31/12/2018
Cíveis e trabalhistas:	0.7.12/2011	71414000		Buinus	0171272010
Cíveis	10	_	1	_	11
Trabalhistas	55	_	4	_	59
Honorários	1	_	_	_	
Multas	139	512	184	(122)	713
Subtotal	205	512	189	(122)	784
Tributárias:				` '	
Honorários	10	_	_	_	10
Subtotal	10	_	_	_	10
			189	(122)	794
Total	215	512	109	(122)	, ,
Total Circulante Não circulante	215	512	109	(122)	788

cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$205. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2018 é de R\$44.345 (R\$40.251 em 2017), representado por 40.894.359 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Aumento de capital. Em 29/03/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Em 29/03/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$4.094, sem emissão de ações, referente a totalidade do saldo da Reserva Legal, na forma do disposto no art. 193 da Lei 6.404/1976, 14.2. Reserva legal E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituíção da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 14.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido o limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos 14.4. Política de distribuição de dividendos: Dividendos obrigatórios: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. Em 29/03/2018 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios no valor de R\$ 7.769, ao qual foram imputados os dividendos intermediários declarados pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 30/05/2017. 14.5. Distribuição do resultado: Descrição

Lucro antes dos impostos e participações

(-) Impostos e contrinuições		(6.753)	(15.583)
(-) Participações		(1.091)	(623)
Lucro líquido do exercício		13.682	32.711
Constituição da reserva legal		(684)	(1.636)
Lucro líquido ajustado		12.998	31.075
Dividendos obrigatórios			
25% do lucro líquido ajustado (a)		3.250	7.769
 (-) Dividendos antecipados a serem imputa obrigatórios (b) 	dos nos dividendos	_	7.769
(-) Dividendos antecipados a não serem im	putados nos dividen	dos	
obrigatórios		-	12.231
Total dos dividendos a pagar (c) = (a) - (b)		3.250	_
Destinação:			
Constituição de reserva estatutária		9.748	11.075
15. Detalhamento das contas de resultado: 15	.1. Contraprestações	líquidas:	
Descrição		2018	2017
Plano coletivo com patrocinador		96.274	111.412
Plano coletivo por adesão		-	57
Outros		1.065	110
Total		97.339	111.579
15.2. Eventos conhecidos ou avisados:	'		
			2018
		Após a Lei	
Descrição	Rede contratada		Total
Procedimentos odontológicos	(47.641)	(798)	(48.439)
Total		•	(48.439)
			2017
		Após a Lei	
Descrição	Rede contratada	Reembolso (a)	Total
Procedimentos odontológicos	(49.505)	(191)	(49.696)

(3.848

(a) Refere-se aos planos de saúde operados após a Lei 9.656/1998.

spesas com cobrança de seguros

om operações de seguros o) / Reversão da provisão para riscos de crédito

, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
15.4. Despesas de comercialização:		
Descrição	2018	2017
Contraprestações	(5.538)	(5.957)
Agenciamento	(66)	(1.350)
Variação de despesas de comercializações diferidas	(2.785)	(2.851)
Total	(8.389)	(10.158)
15.5. Despesas administrativas:		
Descrição	2018	2017
Pessoal próprio	(9.153)	(7.795)
Serviços de terceiros	(1.111)	(1.050)
Localização e funcionamento	(1.879)	(1.882)
Despesas com tributos	(955)	(1.009)
Outras	(2.296)	(757)
Total	(15.394)	(12.493)
15.6. Resultado financeiro líquido:		
Descrição	2018	2017
Títulos e valores mobiliários	4.088	5.166
Valor justo por meio do resultado	4.088	5.166
Operações de seguros	309	445
Outros	824	769
Total	5.221	6.380
15.7. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social:	O imposto de renda e	a contribuição

social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos

Descrição	de renda	Contribuição social	de renda	
Lucro líquido antes da provisão para imposto				
de renda e de contribuição social	21.526	21.526	48.917	48.91
Despesas de imposto de renda e contribuição				
social às alíquotas oficiais	(5.382)	(1.937)	(12.229)	(4.403
Alíquota nominal	25%	9%	25%	99
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(41)	(15)	_	
Despesas indedutíveis	(151)	(31)	(99)	(36
Provisão para redução ao valor recuperável	(582)	(210)		
Provisões não dedutíveis	(103)	(37)	_	
Outras	(158)	(70)	-	
Subtotal	(1.035)	(363)	(99)	(36
Exclusões:				
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	_	_	40	1
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	_	_	1.824	65
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	262	94	138	5
Outras		_	438	1
Subtotal	262	94		73
Redução de incentivos fiscais	432	_	636	
Despesas com imposto de renda e				
contribuição social corrente	(5.723)	(2.206)	(9.252)	(3.704
Diferidos:	(0.1.20)	(====)	(/	(0110
Constituição de crédito tributário sobre				
diferenças temporárias	837	339	(1.932)	(695
Receitas (Despesas) com imposto de renda e			, ,	(
contribuição social diferido	837	339	(1.932)	(695
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social	(4.886)	(1.867)	(11.184)	(4.399
Alíquota efetiva	22,70%	8,67%	22,86%	8,999
Alíquota efetiva combinada	22,10/0	31,37%	22,00/0	31,85%
niiquota eletiva collibiliaua		31,3770		31,037

líquido:		
		2018
Descrição	Plano de pensão de benefício definido	Total
Base de cálculo	(22)	(22)
Imposto de renda	. 5	. 5
Contribuição social	2	2
Total	7	7
Líquido	(15)	(15)
17. Conciliação entre resultado líquio	lo e caixa líquido gerado nas atividades ope	racionais:

Liquido	15)	(15)
17. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades	operacio	nais:
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	13.682	32.711
Mais		
Depreciações e amortizações	137	22
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	189	28
Menos		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(1)	(1)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	` <u>-</u>	(472)
Atividades operacionais		
Variação de aplicações financeiras	(19.462)	(1.895)
Variação de créditos de operações com planos de assistência à saúde	(38)	(818)
Variação de créditos tributários e previdenciários	406	405
Variação de ativo fiscal diferido	(1.183)	2.627
Variação de bens e títulos a receber	(426)	1
Variação de depósitos judiciais e fiscais		24
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	(713)	(890)
Variação de despesas de comercialização diferidas	2.677	2.851
Variação de tributos e contribuições a recolher	8.854	48
Variação de provisões	(99)	(1.328)
Variação de débitos diversos	1.703	9.611
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.995	9.611 (5.143)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.705)	(12.620):
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16	(12.620) : 25.161

continuação

Sul América Odontológico S.A. | CNPJ 11.973.134/0001-05

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. Conselheiros: Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho Directoria: Director-Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Directores Vice-Presidentes: Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. Directores (as): Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos; Ricardo Augusto de Camos Soares; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; e Tereza Villas Boas Veloso.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. Atuária: Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Odontológico S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América e auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes Odontológico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir initiulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorcão relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi - Contador

Deloitte.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO -

CAE aprova por unanimidade nome de Campos Neto para presidência do BC

Indicado diz que vai trabalhar na modernização de SFN para garantir que continue capitalizado

indicação do economista Roberto Campos Neto para a presidência do Banco Central (BC) foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. No total, foram 26 votos favoráveis e nenhum contrário.

Também foram aprovados pela totalidade dos senadores presentes as indicações de Bruno Serra Fernandes para Diretoria de Política Monetária, e de João Manoel Pinho de Mello para Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do BC.

Durante depoimento no Senado, Campos Neto, afirmou que trabalhará, à frente da instituição, na modernização de Sistema Financeiro Nacional (SFN), "de modo a garantir que ele continue líquido, capitalizado e bem provisionado".

"A busca pela eficiência do SFN deve ser uma tarefa coti-Neto, durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. "Nesse aspecto, avancos relevantes foram feitos recentemente em várias questões por meio da já consagrada Agenda BC+, uma agenda de reformas estruturais que trouxe transparência ao constante processo de modernização de nosso sistema financeiro e se mostrou uma importante ferramenta de comunicação com a sociedade.

Campos Neto reforçou a defesa da Agenda BC+, de ações estruturais da instituição. Segundo ele, a agenda traz claros benefícios à sociedade, tanto imediatos quanto de longo prazo, "e eu pretendo mantê-la e expandi-la, buscando sempre inovação e eficiência, de modo a posicionar o Brasil para as mudanças que temos vivenciado e que se intensificarão nos próximos anos"

O economista defendeu ainda que é preciso avançar na modernização dos mecanismos de inclusão financeira no Brasil. "Há pouco, mencionei a importância do setor financeiro e sua capacidade de prover recursos para o setor produtivo, e a litera-



diana do BCB", disse Campos Roberto Campos Neto afirmou que é preciso criar mecanismos para aumentar a transparência no setor financeiro

tura demonstra que existe clara correlação positiva entre o tamanho do mercado de capitais e o PIB de uma economia", disse Campos Neto. "Assim, é preciso avançar nas mudanças que permitam o desenvolvimento de nosso mercado de capitais, democratizando e garantindo o acesso a firmas e investidores, brasileiros e estrangeiros, grandes e especialmente pequenos. Essa democratização do acesso é também um elemento importante para garantir a adequada precificação dos produtos financeiros, por meio de formas competitivas de acesso ao mercado e adequada distribuição de pro-

Campos Neto afirmou também que é preciso criar mecanismos para aumentar a transparência no setor financeiro, "com instrumentos para provisão de informação e que deem maior visibilidade às opções à disposição de poupadores e investidores". "Maior transparência é importante não apenas para aumentar a disponibilidade de alternativas de investimentos e de captação de recursos, mas também para que essas decisões sejam realizadas com base em informação adequada."

Para Campos Neto, no entanto, "o efeito de maior transparência sobre o comportamento do pequeno poupador ou tomador final será mais significativo quando maior for o nível de educação financeira da sociedade". "Essa é uma dimensão na qual o país necessita avançar."

O economista pontuou ainda que duas maneiras de promover o avanço na educação financeira são os programas de microcrédito e o estímulo ao cooperativismo. "O microcrédito permite o contato prático da população com conceitos financeiros em um ambiente simplificado e de risco controlado. Enquanto as cooperativas de crédito, por trazerem o cooperado para o centro das decisões, criam um ambiente para troca de experiências que promove e consolidação do espírito empreendedor e de importantes conceitos financeiros."

Em relação ao spread bancário no Brasil, o economista disse que grande parte dele não se deve ao lucro dos bancos, mas a outros fatores que elevam os custos. "Em outros países, o

componente lucro é maior que no Brasil", disse.

Campos Neto reconheceu ainda que, até 2016, o Brasil foi um dos poucos países que tiveram aumento do spread bancário. "Após 2016, iniciou-se um trabalho muito elaborado no BC para reduzir o spread", pontuou.

Entre os fatores que contribuem para um spread maior, Campos Neto afirmou que, atualmente, os agentes financeiros no Brasil têm menos informações que seus pares em outros países. "Tema da informação é importante. No Brasil, existe informação assimétrica muito grande", afirmou.

"Na parte de informação, temos o cadastro positivo, que é uma forma de disseminar a informação. Temos alguns projetos futuros. E temos que deixar claro que a informação do cliente é dele", acrescentou, em referência ao que pode ser feito para melhorar a questão da informação antes de o empréstimo ser concedido.

Campos Neto afirmou ainda que, concedido o empréstimo, há um "problema maior" relacionada ao spread. "Por que a inadimplência caiu e o custo não baixou? Não baixou porque a parte depois do recurso contratado continua problemática", disse. "De cada R\$ 1 emprestado, recupera-se R\$ 0,13."

O economista afirmou que este problema de recuperação de créditos será endereçado pelo BC. "Temos projetos sobre isso na Casa e temos também projetos dos quais vou falar no futuro", pontuou.

Campos Neto citou propostas apresentadas pelo BC de Ilan Goldfajn que já tratam da questão da recuperação de crédito, como os projetos das duplicatas eletrônicas e de centralização de recebíveis.

Outro grande componente do spread, conforme Campos Neto, é o custo operacional. Ele citou os compulsórios, o crédito direcionado, o custo de financiamentos e a parcela operacional como fatores que atuam neste custo operacional. "E o Brasil também é um dos últimos, um dos (países) mais caros no custo operacional", salientou. "Existe espaço para remodelar mais o compulsório, o que vamos fazer no longo prazo, mas é importante falar que o compulsório não tem tanto impacto", disse.

O economista afirmou ainda que o governo atual tem a intenção de fazer uma "reforma burocrática", o que influenciará o custo do crédito. Além disso, Campos Neto defendeu o uso do dinheiro digital e outras iniciativas para fomentar o crédito, como o mercado de capitais e o estimulo à desintermediação.

"Mercado de capitais não é banco. Precisamos fomentar o mercado de capitais. Hoje, pequenas empresas não têm acesso ao mercado de capitais", disse Campos Neto. "O maior instrumento democratizante do século está aqui (apontou para o celular), a tecnologia. E importante os senadores entenderem que, se há estímulo à tecnologia, e intermediação grande, a tecnologia será a maior plataforma para desintermediação."

Neste aspecto, Campos Neto citou o open banking, "que é o cliente ser dono do próprio dado, abrindo para todas as instituições". O economista citou ainda a necessidade de diminuir a burocracia. "A pequena empresa hoje não tem acesso ao mercado de capitais. Falamos pouco de cooperativas. Não falamos de microcrédito, que é uma modalidade interessante",

O economista admitiu que o setor bancário no Brasil é concentrado, mas alegou que mesmo assim existe competição no mercado. Apesar do crescimento dos lucros dos bancos, ele avaliou que ainda há espaço para ampliar a rentabilidade das instituições financeiras "Precisamos distinguir competição e concentração. Na crise de 2008, vários países aceitaram uma troca de mais concentração por mais segurança, vários governos estimularam isso no sentido de um sistema mais concentrado, porém mais sólido", alegou.

Segundo Campos Neto, a concentração bancária brasileira é parecida com a de outros países desenvolvidos, como Alemanha e Itália, além de outras economias emergentes. "Reconhecemos que o mercado brasileiro é concentrado, mas dá para dizer que há competição", argumentou.

Sobre as críticas de senadores de que o aumento dos lucros dos bancos não tem sido revertido em juros menores aos consumidores, Campos Neto explicou que apenas o lucro não é uma boa métrica para avaliar o desempenho das instituições. "É preciso olhar o retorno sobre o capital empregado. O retorno dos bancos já foi maior que 19%, caiu para 12%, e agora voltou para algo em torno de 15%. Apesar dos lucros maiores, a rentabilidade ainda está longe do máximo", rebateu.

O indicado para a presidência do BC previu ainda que os bancos deixarão de ser empresas de serviço financeiro para passarem a ser empresas de serviços tecnológicos. "O banco do futuro será cada vez mais digital. O Brasil precisa melhorar a cobertura digital, o país ainda tem buracos de cobertura que impedem a competição digital em locais mais remotos", completou.

AVIAÇÃO COMERCIAL -

Acionistas da Embraer aprovam fusão com a Boeing

A parceria entre a Embraer e a Boeing foi aprovada por 96,8% dos votos válidos dos acionistas da fabricante brasileira, na assembleia extraordinária realizada ontem. Os acionistas aprovaram a proposta que estabelecerá uma joint venture composta pelas operações de aeronaves comerciais e serviços relacionados da Embraer. A Boeing deterá 80% da nova empresa e a Embraer os 20% restantes.

Segundo a Embraer, a transação avalia 100% das operações de aeronaves comerciais da empresa em US\$ 5,26 bilhões e contempla um valor de US\$ 4,2 bilhões pela participação de 80% da Boeing na joint venture. Os acionistas da Embraer também aprovaram a criação de uma joint venture para promover e desenvolver novos mercados para o avião multimissão KC-390. Sob os termos da parceria proposta, a

Embraer deterá 51% das ações da joint venture e a Boeing, os 49% restantes.

"Essa importante parceria posicionará as duas empresas para oferecer uma proposta de valor mais robusta a nossos clientes e investidores, além criar mais oportunidades para nossos empregados. Nosso acordo criará benefícios mútuos e aumentará a competitividade tanto da Embraer quanto da Boeing", disse o presidente e CEO da Embraer, Paulo Cesar de Souza e Silva.

A Embraer informou, por meio de nota, que os negócios de defesa e jatos executivos e as operações de serviços da empresa associados a esses produtos permanecerão como uma empresa independente e de capital aberto. "Uma série de acordos com foco na cadeia de suprimentos, engenharia e instalações garantirá benefícios mútuos e maior competitividade entre são do negócio está sujeita a a Boeing, a joint venture e a Embraer", diz a nota.

A Boeing e a Embraer anunciaram em dezembro de 2018 que haviam aprovado os termos das duas joint ventures e o governo brasileiro aprovou a transação em janeiro de 2019. Em seguida, o conselho de administração da Embraer ratificou seu apoio ao acordo e os documentos definitivos foram assinados. A concluaprovações das autoridades reguladoras e a outras condições pertinentes à conclusão de uma transação desse tipo, marcos que a Boeing e a Embraer esperam alcançar até o final de 2019.

A Embraer continuará operando as áreas de aviação comercial e do programa KC-390 de forma independente até a conclusão da tran-